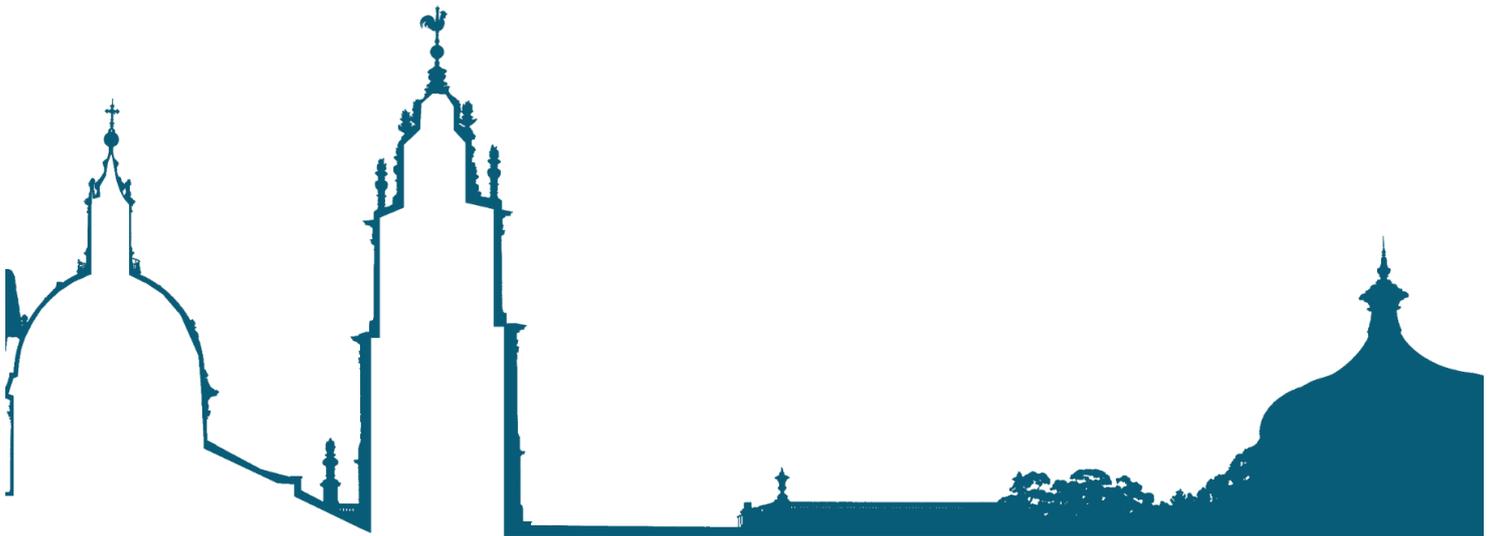


MAFRA

ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA A AVALIAÇÃO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ANEXO II

Março 2018



ÍNDICE

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
2.	INTRODUÇÃO	2
3.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
4.	REQUISITOS PARA IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO.....	3
5.	MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA – DESEMPENHO DO PDM	7
5.1	ESTRUTURAÇÃO DOS OBJETIVOS	7
5.2	PROPOSTA DE INDICADORES.....	18
6.	MONITORIZAÇÃO DOS IMPACTES RESULTANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PDM	22
7.	MONITORIZAÇÃO DAS DINÂMICAS SOCIO-TERRITORIAIS	27
8.	ESTRUTURA PROPOSTA PARA UM RELATÓRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A PRODUZIR	29
9.	CONCLUSÕES	31
10.	BIBLIOGRAFIA	32

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Base metodológica para um sistema de monitorização em planeamento.	2
Figura 2 - Estruturação da árvore de objetivos até chegar às ações.	8
Figura 3 - Árvore de objetivos da 1ª opção estratégica – Salvaguarda e valorização do património paisagístico e natural	13
Figura 4 - Árvore de objetivos da 2ª opção estratégica – Reestruturação do sistema urbano municipal.....	14
Figura 5 - Árvore de objetivos da 3ª opção estratégica – Reestruturação do sistema urbano municipal.....	15
Figura 6 - Árvore de objetivos da 4ª opção estratégica – Promoção de áreas de oportunidade	16
Figura 7 - Árvore de objetivos da 5ª opção estratégica – Consolidação das acessibilidades de nível local e intermunicipal	17
Figura 8 - Impacto das ações no descritor do indicador. Adaptado de Batista e Silva (1998).	18

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Vantagens e desvantagens decorrentes do envolvimento político no processo de avaliação. Adaptado de Batista e Silva (1998); Costa Lobo (1992).....	5
Tabela 2 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 1ª opção estratégica	9
Tabela 3 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 2ª opção estratégica.	9
Tabela 4 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 3ª opção estratégica.	9
Tabela 5 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 4ª opção estratégica.	10
Tabela 6 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 5ª opção estratégica.	10
Tabela 7 - Árvore de objetivos para as opções estratégicas do PDM.	12
Tabela 8 - Indicadores por objetivo para a 1ª opção estratégica	19
Tabela 9 - Indicadores por objetivo para a 2ª opção estratégica	20
Tabela 10 - Indicadores por objetivo para a 3ª opção estratégica	20
Tabela 11 - Indicadores por objetivo para a 4ª opção estratégica	21
Tabela 12 - Indicadores por objetivo para a 5ª opção estratégica.	21
Tabela 13 - Indicadores do fator crítico 'qualidade ambiental', a considerar para o REOT (a verde).	23
Tabela 14 - Indicadores do fator crítico 'alterações climáticas', a considerar para o REOT (a verde).	23
Tabela 15 - Indicadores do fator crítico 'conservação da natureza e biodiversidade', a considerar para o REOT.	24
Tabela 16 - Indicadores do fator crítico 'riscos naturais', a considerar para o REOT (a verde).	24
Tabela 17 - Indicadores do fator crítico 'património cultural e paisagem, a considerar para o REOT (a verde)..	25
Tabela 18 - Indicadores do fator crítico 'desenvolvimento humano e territorial', a considerar para o REOT (a verde).....	26
Tabela 19 - indicadores para avaliar as dinâmicas Socio territoriais.	28

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente trabalho propõe e apresenta uma estratégia para a implementação de um sistema de avaliação do ordenamento do território no município. Esta estratégia é composta por três componentes distintas, a saber: (i) uma primeira componente ligada à avaliação do desempenho do Plano Diretor Municipal (PDM), (ii) uma segunda componente ligada à avaliação dos impactes (ambientais) resultantes da implementação do PDM; (iii) uma terceira componente ligada à avaliação das dinâmicas sócio territoriais, resultantes da maior ou menor aderência entre o Plano (PDM) e a realidade observável.

Os objetivos a que este trabalho se propõe podem resumir-se da seguinte forma:

Objetivo 1 – Apresentação e aprovação da estratégia municipal para a avaliação do ordenamento do território (EMAOT);

Objetivo 2 – Agregação e sistematização de um quadro de indicadores para medir (i) o desempenho dos objetivos estratégicos do PDM; (ii) o impacto nos fatores críticos do relatório ambiental face à implementação do Plano; (iii) e as dinâmicas sócio territoriais resultantes das dinâmicas de planeamento municipal.

Objetivo 3 – Apresentação e aprovação de uma estrutura para a elaboração de um Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT), que englobe os indicadores produzidos.

O resultado deste trabalho permitirá agora ao município, implementar um sistema de avaliação do ordenamento do território com capacidade para funcionar *in continuum*, e que, depois e implementado, permitirá periodicamente produzir um conjunto variado de informação tais como relatórios intercalares de avaliação, REOTs ou publicações municipais (e.g. anuários com estatísticas municipais, “Mafra em números”, entre outros).

2. INTRODUÇÃO

A revisão do Plano Diretor Municipal de Mafra foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, na sessão extraordinária de 30 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 79.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro. O Plano Diretor Municipal, revisto, entrou em vigor aquando da entrada em vigor da Portaria n.º 292/2015, de 18 de setembro, que aprovou a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Mafra, conforme o estabelecido no artigo 118.º do Regulamento.

Pretende-se com este documento estabelecer uma base metodológica (figura 1), para a implementação de um sistema de avaliação sistemática ao processo de planeamento municipal em Mafra e aos efeitos por este produzidos, ou seja, para um sistema de avaliação *in continuum*, ou 'monitorização' que considere: (i) a avaliação do desempenho do PDM e da implementação da estratégia que lhe está inerente; (ii) a avaliação dos impactes nos fatores críticos definidos no Relatório Ambiental, resultantes da implementação do PDM; (iii) a avaliação das dinâmicas territoriais resultantes da maior ou menor aderência entre o Plano e a realidade observável.

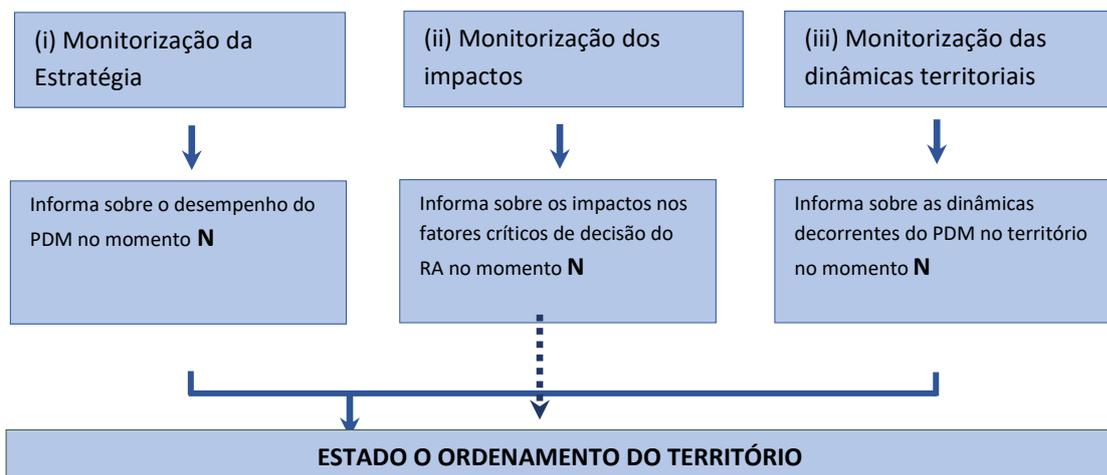


Figura 1 - Base metodológica para um sistema de monitorização em planeamento.

O esquema metodológico descrito permite então implementar um sistema de monitorização ao próprio processo de planeamento municipal e com isso contribuir para a avaliação do estado do ordenamento do território. Sendo este mais abrangente do que a avaliação da mera 'conformidade' entre as ações e os objetivos estabelecidos no PDM, a metodologia proposta propõe em primeira instância avaliar o 'desempenho' do Plano, na medida em que integra a sua dimensão estratégica (i.e., as opções e os objetivos definidos no PDM), com todas as dimensões observáveis no terreno (social, económica, ambiental, etc.), permitindo assim avaliar a performance das políticas e dos instrumentos de política municipais quando projetadas no território.

Finalmente, integra ainda as preocupações ambientais resultantes desse processo de transformação e que decorrem da avaliação aos fatores críticos identificados na fase de Avaliação Ambiental Estratégica.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

Embora não exista referencia direta na Lei quanto à forma a dar pela administração pública nos seus diferentes níveis, ao processo de avaliação e monitorização em planeamento, é, contudo, explícita a vontade do legislador quanto ao produto final desse processo. De acordo com o Decreto-Lei 80/2015 que define o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), cabe à administração pública nos seus vários níveis de competência (central, regional, intermunicipal e municipal) elaborar Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

O n.º 3, do Artigo 189.º desse diploma, refere que a Câmara Municipal deve elaborar de quatro em quatro anos, um REOT, submetendo-o respetivamente à apreciação da Assembleia Municipal. Os relatórios devem traduzir o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão desses instrumentos. Depois de concluídos, refere o n.º 5 do mesmo Artigo, deve o município abrir um período de discussão pública nunca inferior a 30 dias. A não elaboração dos REOT, nos prazos estabelecidos, determina a impossibilidade de rever os planos municipais e intermunicipais.

Sendo então necessário produzir periodicamente um REOT municipal, julga-se que a base metodológica apresentada na figura 1, se apresenta como forma privilegiada de estruturar a informação necessária tanto para a prática da avaliação contínua (i.e., monitorização), como para a produção dos relatórios.

4. REQUISITOS PARA IMPLEMENTAR UM SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização corresponde a uma das componentes fundamentais do processo de planeamento e gestão do território, devendo ser entendida como uma função de avaliação in continuum e contribuindo nessa medida, para o tornar mais robusto e efetivo. Um sistema de monitorização permite avaliar e comunicar sobre a intensidade e a qualidade das ações face às metas fixadas e a observação sistemática de parâmetros relacionados com um problema específico, permite por sua vez, informar sobre as suas características e alterações ao longo do tempo (Cruz, 2008; Batista e Silva, 1998).

A adoção de um processo de monitorização, implicará sempre que se aceita a ideia de implementar um modelo racional de tomada de decisão. Tal modelo é baseado num processo coerente, objetivo e com um relativo grau de autonomia, pelo que está implícito que só se justificará exercer a monitorização quando existir vontade e capacidade para acompanhar, intervir e corrigir (Batista e Silva, 1998). Enumeram-se algumas premissas de base que devem ser estabelecidas e validadas, antes de se avançar efetivamente com um processo de monitorização.

a) Qual o sentido da monitorização?

Um dos primeiros aspetos que deve ser debatido, é o ponto de vista a adotar relativamente à monitorização do plano. Vários são os pontos de vista passíveis de serem identificados no processo de planeamento e no próprio plano, podendo todos eles ser avaliados e monitorizados.

Atendendo à utilidade prática de um sistema de monitorização do PDM, consideram-se adequados os seguintes pontos de vista:

- i) **Conformidade (processual)**, que diz respeito à avaliação da correspondência entre ações e intenções, entre os resultados e impactos das ações, objetivos e metas predefinidas. Decorrente da adoção deste ponto de vista, haverá a necessidade de estruturar uma grelha de objetivos, definindo-se métricas, ou seja, definindo-se uma forma medir o impacto das ações potenciais que concretizam os objetivos do plano;
- ii) **Comunicação**, que favorece uma abordagem da avaliação pela ótica da interação social. Neste ponto de vista a comunicação é entendida como parte integrante do plano e do próprio processo de planeamento. É neste sentido que se aproveita a ideia do observatório da paisagem, associado ao território, de forma a servir como estratégia de integração e comunicação do plano.
- iii) **Sustentabilidade ambiental**, que naturalmente decorre do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica do PDM. Neste caso deverão ser analisados e integrados os indicadores propostos de forma a perceber qual o impacto que os objetivos do PDM vão tendo, sob o ponto de vista da sustentabilidade ambiental do território.

b) Competências das partes envolvidas

Para tornar um processo de monitorização efetivo, torna-se necessário definir à priori as competências e graus de envolvimento das partes envolvidas.

A monitorização é sobretudo uma função técnica da atividade de planeamento (Costa Lobo, 1992; Batista e Silva, 1998). Isto significa que deve ser uma atividade normal decorrente das competências de uma equipa de planeamento.

No entanto crê-se que o sucesso desta atividade depende de dois aspetos essenciais. Por um lado, cabe aos técnicos a responsabilidade da avaliação crítica dos dados e da prestação de toda a informação, esclarecendo os órgãos políticos das vantagens e desvantagens sobre uma eventual mudança em função da avaliação e monitorização do plano. Por outro lado, a monitorização depende fortemente de um apoio e motivação política clara por parte do executivo.

Monitorização sem apoio do executivo	Monitorização com apoio do executivo
1) Perde-se eficiência, ou seja, o serviço de planeamento perde legitimidade para exigir a colaboração de outros serviços na obtenção de dados e na avaliação.	1) Ganha-se eficiência, ou seja, o serviço de planeamento pode coordenar as tarefas de obtenção regular de dados. O apoio e interesse político dá-lhe legitimidade para exigir a colaboração de outros serviços.
2) Perde-se eficácia, ou seja, os resultados da avaliação não terão consequências na reorientação de políticas e no processo de decisão.	2) A avaliação serve para apoiar a decisão política, nomeadamente corrigir trajetórias, alterar políticas de planeamento, corrigir instrumentos (Planos), etc.
3) Dificuldades na divulgação regular e pública de resultados.	3) O apoio político é determinante para lançar ações de divulgação de resultados e comunicar com outros atores o que se vai, ou não alcançando.
4) 4) Perda de interação técnico/política na apreciação dos resultados dificultando o entendimento técnico das preocupações políticas e vice-versa.	4) O diálogo técnico-político é essencial para o enriquecimento do processo.

Tabela 1 - Vantagens e desvantagens decorrentes do envolvimento político no processo de avaliação. Adaptado de Batista e Silva (1998); Costa Lobo (1992).

Este suporte pode ser muito importante, na medida em que a monitorização depende em larga escala da mobilização de diversos serviços e unidades orgânicas, bem como de uma eficaz capacidade de decisão quando houver necessidade de atuar em função da monitorização.

c) Quem Monitoriza? Quem vai exercer a atividade de Monitorização

A definição de quem irá exercer a atividade de monitorizar, depende muito da forma como o executivo político deseja situar a atividade no contexto da estrutura organizativa municipal. As alternativas que se colocam serão porventura as mais representativas:

- i) Monitorização como um serviço autónomo. A constituição em serviço autónomo poderá justificar-se, desde que se reconheça a importância desta função e desde que lhe seja associado um volume apreciável de tarefas que dê sentido funcional ao novo serviço. Poderá existir maior responsabilização e, portanto, maior legitimidade para exigir resultados, bem como maior capacidade técnica os implementar, desde que se acatelem os exageros procedimentais que podem ser decorrentes de uma atividade mais formalizada.
- ii) Monitorização como atribuição de um indivíduo ou de um grupo. A função de monitorizar pode corporizar-se num conjunto de atribuições, a exercer por um indivíduo ou um grupo, no próprio serviço de planeamento. Para tal deverá ser feita uma avaliação dos recursos humanos existentes e do volume de trabalho afeto a essa unidade orgânica. Tal avaliação determinará o exercício desta atividade em exclusividade ou em acumulação

com outras tarefas. No entanto, defende-se que haverá toda a vantagem numa dedicação exclusiva às múltiplas tarefas que o processo exige.

- iii) Monitorização sem uma atribuição formal. Este modelo é mais tímido, na medida em que a função é diluída nas múltiplas atividades que os profissionais de planeamento praticam. Esta diluição da responsabilidade de monitorizar, acarreta o risco de fazer morrer um processo que pode ser complexo e que exige sistematização, persistência e continuidade, principalmente no município de Mafra onde a crescente dinâmica de transformação urbanística, bem como os objetivos fixados para a próxima década, exigem um maior enfoque nesta atividade.

Atendendo ao atual quadro de competências das unidades orgânicas da autarquia, considera-se que a função monitorização se enquadra dentro das competências formais atribuídas à DPTGU/UPOT, pelo que será dentro deste serviço que, à partida se poderá implementar um modelo.

No entanto considera-se que existirá necessidade de redefinir a forma de articulação entre diversos serviços em prole de uma maior eficácia no que respeita à fluidez da informação, nomeadamente no que toca à implementação e tipificação de canais de informação entre diversas áreas de atuação.

Propõe-se que seja designado um técnico em cada unidade orgânica, que articulará com a equipa da DPTGU/UPOT, no sentido de atualizar anualmente os temas da sua área de intervenção, prestando todo o apoio na passagem dos dados relevantes para o sistema de informação do sistema de monitorização do PDM.

Além das premissas acima descritas, considera-se que o sucesso ou insucesso do processo de monitorização, irá depender em grande parte, dos seguintes fatores:

- **Existência de dados**, que permitam a construção de um quadro de informação fundamental e necessária para avaliar;
- **Capacidade de avaliação** crítica, em grande medida dependente da existência e capacidade dos recursos humanos e materiais postos à disposição;
- **Capacidade de resposta do processo** de planeamento, nomeadamente no que respeita ao aproveitamento da informação gerada pelo processo, para a tomada de decisão;
- **Divulgação de resultados** como forma de auxiliar a perceção dos benefícios que um processo desta natureza introduz no exercício da atividade de Planeamento;
- **Empenho e persistência por parte dos atores em manter ativo e atual o processo.**

5. MONITORIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA – DESEMPENHO DO PDM

Apresenta-se agora uma estratégia orientada para a **avaliação** in continuum da conformidade entre **objetivos e ações do PDM**, procurando apoiar, especificamente, a elaboração de um quadro de indicadores e a reflexão em torno das ações necessárias para o cumprimento das metas estabelecidas, podendo a metodologia proposta responder à necessidade de priorizar as ações definidas ao longo do tempo. A proposta inicial de plano consubstancia-se, de acordo com a legislação vigente, num conjunto de elementos que a formalizam e entre os quais se destacam os elementos fundamentais que dão corpo à proposta, os objetivos que se desejam atingir e as ações que com estes se terão de articular.

5.1 ESTRUTURAÇÃO DOS OBJETIVOS

Num sistema de monitorização de um plano, os objetivos ocupam naturalmente um lugar central, uma vez que se assumem como a meta a alcançar e, portanto, será a partir destes que se definirá o que vai ser medido, como irá ser medido, bem como se avaliará comparativamente os resultados obtidos.

O PDM de Mafra, identifica 5 grandes opções estratégicas do Plano, a partir das quais se torna possível desdobrar num conjunto de objetivos, e aos quais se poderão associar indicadores de monitorização:

- ✓ Salvaguarda e valorização do património paisagístico e natural;
- ✓ Reestruturação/consolidação do sistema urbano municipal;
- ✓ Promoção de áreas de oportunidade (áreas de atividades económicas);
- ✓ Consolidação das acessibilidades de nível local e intermunicipal;
- ✓ Redefinição do modelo de ocupação espacial.

As opções estratégicas refletem os valores de uma organização e nesse sentido, é-lhes possível associar um quadro de objetivos e ações que as concretizem. Nesse sentido, os objetivos e as ações podem mudar ao longo do tempo refletindo o que em determinado momento se constitui como o melhor caminho para a realização dos valores da organização. Esta conceção de planeamento privilegia o *Plano* não como um fim em si mesmo, mas como um quadro de referencia para a tomada de decisão, privilegiando a flexibilidade em detrimento da rigidez.

Partindo das opções estratégicas definidas, torna-se então possível desdobrar e explicitar os objetivos fundamentais (estratégicos) e secundários (operacionais), sendo que tal explicitação é absolutamente crucial, quando se pretende ligar '**objetivos**' a '**ações**' e '**objetivos**' a '**indicadores**' ou descritores de impacto dessas ações.

O PDM em vigor estabelece um quadro de objetivos, representando-os num modelo arborescente. O modelo foi estruturado atendendo à distinção entre objetivos fundamentais e objetivos operacionais, sendo que os primeiros expressam os caminhos mais importantes para convergir com o sistema de valores da organização (representados pelo executivo político), enquanto os segundos correspondem a formas de atingir os primeiros. A separação entre objetivos fundamentais e operacionais constitui assim uma tarefa crítica de qualquer fase de estruturação, dado que ambos desempenham importantes papéis no processo de tomada de decisão (Hammond et al., 1999). Dessa forma, utilizando uma estrutura de objetivos arborescente (ou árvore de objetivos), é possível ir desdobrando objetivos desde a base até ao topo (crescente) e vice-versa (decrecente). Tomando como exemplo um desdobramento 'crescente' o exercício assenta no desdobrar dos objetivos operacionais (secundários) em respostas do tipo "este objetivo é importante porque contribui para alcançar aquele". Quando não é possível desdobrar mais, ou seja, quando a resposta passar a ser do tipo "porque sim", estamos perante um objetivo fundamental, uma vez que já não contribui para alcançar nenhum outro. Em sentido contrário, também perguntando "como?" será possível desdobrar objetivos fundamentais em operacionais, até encontrar ações que contribuam para a prossecução do objetivo em causa (fig. 2).

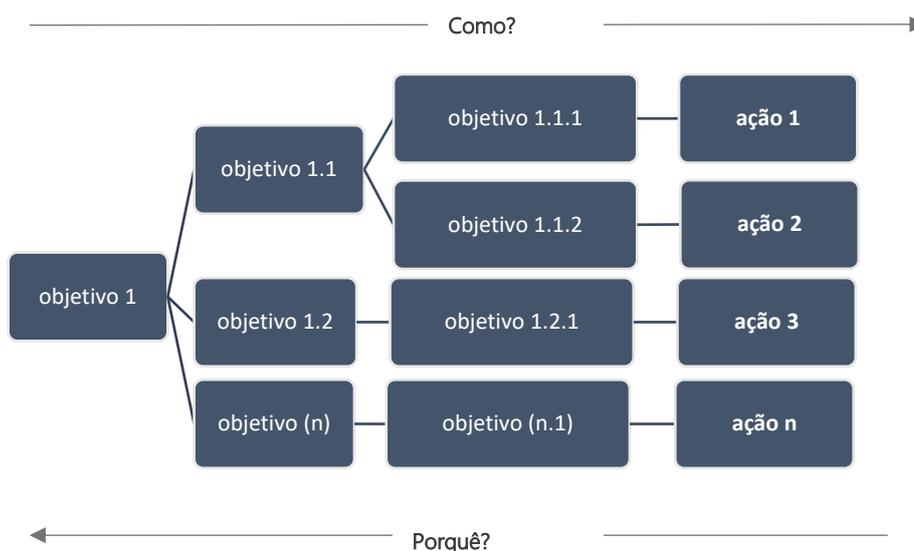


Figura 2 - Estruturação da árvore de objetivos até chegar às ações.

Os documentos fundamentais que constituem e que acompanham o PDM em vigor, nomeadamente o Relatório de Fundamentação e o Programa de Execução, discriminam os diferentes domínios de atuação.

1.	Salvaguarda e Valorização do Património Paisagístico e Natural
1.1	Consolidação da REN e da RAN;
1.2	Consolidação da estrutura ecológica municipal.
1.3	Elaboração de estudo de gestão da paisagem para unidades de paisagem e respetivos planos de gestão.
1.4	Elaboração do plano estratégico de gestão dos valores naturais.

Tabela 2 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 1ª opção estratégica

2.	Reestruturação / Consolidação do Sistema Urbano Municipal
2.1	Consolidação do corredor urbano central
2.1.1	Afirmação da Vila de Mafra como uma centralidade urbana e como pólo turístico;
2.1.2	Valorização do património edificado;
2.1.3	Integração e articulação do pólo de atividades económicas da Venda do Pinheiro na rede urbana;
2.1.4	Afirmação da Ericeira como pólo turístico;
2.1.5	Reorganização dos núcleos urbanos existentes entre Mafra e Ericeira;
2.1.6	Manutenção/ criação de espaços de transição ao longo da EN116, com uso florestal, agrícola ou natural.
2.2	Consolidação da Rede Urbana Municipal
2.2.1	Consolidação da vocação turística dos núcleos urbanos da faixa atlântica e Valorização do Turismo Náutico e Desporto de Onda;
2.2.2	Estruturação da malha urbana, criando uma hierarquia de percursos e otimizando as redes de infraestruturas;
2.2.3	Consolidação das funções urbanas dos núcleos urbanos de nível II;
2.3	Valorização dos Aglomerados Rurais
2.3.1	Salvaguarda da estrutura urbana do núcleo edificado;
2.3.2	Salvaguarda e valorização do património edificado.

Tabela 3 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 2ª opção estratégica.

3.	Redefinição do modelo de ocupação espacial
3.1	Reorganização dos Perímetros Urbanos
3.1.1	Elaboração de IGT para núcleos urbanos de nível I;
3.1.2	Estruturação do crescimento urbano e contenção da dispersão;
3.1.3	Elaboração de IGT para sedes de freguesia;
3.1.4	Integração adequada dos equipamentos;
3.2	Redefinição de Áreas de Urbanização
3.2.1	Redefinição da estratégia de ocupação;
3.2.2	Elaboração de IGT.
3.3	Hierarquização dos Núcleos Urbanos
3.4	Identificação dos Aglomerados Rurais
3.4.1	Redefinição dos limites dos aglomerados rurais;
3.4.2	Requalificação urbanística.

Tabela 4 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 3ª opção estratégica.

4. Promoção de Áreas de Oportunidade	
4.1	Afirmação das atividades económicas
4.1.1	Consolidação da vocação concelhia para determinadas atividades económicas complementares das existentes;
4.1.2	Elaboração de IGT para a área da Enxara dos Cavaleiros;
4.1.3	Garantir uma estrutura verde de utilização coletiva;
4.1.4	Localização de uma área de atividades económicas associadas ao cluster do surf.
4.2	Valorização do Potencial Turístico do Concelho
4.2.1	Promoção do concelho como destino turístico, em várias vertentes;
4.2.2	Elaboração de estudos estratégicos para as áreas de maior potencial turístico, designadamente a costa atlântica, a Tapada e o Penedo Lexim;
4.2.3	Promoção e valorização da Tapada Nacional de Mafra;
4.2.4	Prever a localização de uma unidade hoteleira na Tapada;
4.2.5	Promoção da candidatura do Palácio a património da UNESCO;
4.2.6	Valorização do Penedo Lexim;
4.2.7	Compatibilização com o POOC;
4.2.8	Conservação e valorização do património edificado e da sua envolvente em espaço rural e promoção de atividades turísticas;
4.2.9	Delimitação da área de regadio do vale do rio Lizandro a sujeitar a plano de intervenção em espaço rural.

Tabela 5 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 4ª opção estratégica.

5. Consolidação das Acessibilidades de nível Local e Intermunicipal	
5.1	Intervenções na rede viária Intermunicipal:
5.1.1	Criação de uma via de acesso à A21, junto ao nó da Venda do Pinheiro;
5.1.2	Integração da Tapada na rede viária, com ligação à A21 e definição de uma área de estacionamento;
5.1.3	Modernização da Linha do Oeste;
5.2	Intervenções na rede viária Local:
5.2.1	Requalificação da EN116;
5.2.2	Requalificação da ER 247;
5.2.3	Estudar a implantação de variantes a alguns núcleos urbanos e/ou Áreas de Oportunidade

Tabela 6 - Desdobramento de objetivos do PDM para a 5ª opção estratégica.

Passados três anos da entrada em vigor do PDM e face à crescente dinâmica da atividade municipal, no que toca à implementação de ações relacionadas com as 5 opções estratégicas, considera-se necessário adequar e aprofundar a estrutura de objetivos que deles decorrem, principalmente atendendo ao desdobramento da primeira opção estratégica e à adequação dos objetivos operacionais das restantes opções estratégicas. De facto, muitas das matérias relacionadas com a **'salvaguarda e valorização do património paisagístico e natural'** foram remetidas para a fase de monitorização do PDM, nomeadamente no que toca ao aprofundamento do conhecimento dos valores presentes fora das áreas abrangidas por regimes de salvaguarda específicos de base ecológica (e.g. Sítios da Rede natura2000, áreas com habitats prioritários), ou ainda no que toca a

matérias específicas relacionadas com a concretização da Estrutura Ecológica Municipal, onde se incluem os sistemas fluviais.

Outro aspeto importante é a compatibilização entre níveis de planeamento, sendo neste aspeto importante a articulação entre os objetivos do PDM e os objetivos dos planos e programas supramunicipais identificados nos estudos de caracterização do processo de revisão do PDM.

Tomando como exemplo a primeira opção estratégica, observa-se que o município tem vindo a planear e concretizar, um conjunto de ações relevantes, tais como as ações de limpeza e recuperação de linhas de água, construção e programação de novos espaços verdes, projetos de mobilidade suave como corredores ribeirinhos e pedonais/cicláveis, ações de controlo de infestantes, entre outras ações que podem ser medidos, avaliados e no fundo, incluídos num quadro de objetivos redefinido com correspondência à primeira opção estratégica do PDM. Nesse contexto, e tomando tais ações como referência, todas relacionam com os objetivos estratégicos do Plano de Gestão da Bacia Hidrográfica do Tejo e ribeiras do Oeste (RH5A).

De igual forma o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROFAML) destaca a proteção e a valorização paisagística dos espaços florestais para esta área territorial como uma prioridade, identificando-se neste aspeto uma oportunidade de compatibilização entre os objetivos do PROFAML para a área administrativa do município e os objetivos do próprio município no que toca por exemplo à valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais, ao incentivo à certificação de modos de produção e de produtos endógenos, ao aproveitamento do potencial cénico da paisagem para a projeção turística do concelho, entre outros que constam no conjunto de estratégias municipais.

Um último aspeto importante para a monitorização inclui a normalização e incorporação de regras específicas no que toca ao desdobramento de uma estrutura arborescente de objetivos. Nesse processo torna-se fundamental distinguir claramente o que são **opções estratégicas**, **o que são objetivos** (fundamentais e operativos), no fundo que consigam indicar os caminhos para a convergência com as opções estratégicas, e finalmente **o que são as ações** que concretizam os objetivos.

A atual estrutura de objetivos necessitará desta afinação, de forma a ser possível medir o desempenho dos objetivos. Esta clarificação entre o que são objetivos e o que são ações, conduziu então a uma reformulação do quadro geral de objetivos em cada opção estratégica (Tabela 7 e figuras 1 a 4).

OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS		DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA
1 Salvaguarda e valorização do património paisagístico e natural		<ul style="list-style-type: none"> - POOC/POC-ACE - PGBH Tejo e ribeiras do Oeste - PSRN2000 - PROFAML - Visão estratégica - PDM (2015)
1.1	Valorizar os espaços ribeirinhos	
1.1.1	Promover a qualidade das águas superficiais	
1.1.2	Aumentar a qualidade das galerias ripícolas	
1.1.3	Aumentar e melhorar o acesso e fruição dos corredores ribeirinhos	
1.2	Salvaguardar e valorizar a paisagem litoral	
1.2.1	Qualificar as zonas balneares	
1.2.2	Garantir usos compatíveis com os valores naturais e paisagísticos	
1.3	Promover a valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais	
1.3.1	Promover a diversidade na composição dos espaços florestais	
1.3.2	Fomentar a produção biológica e de produtos endógenos	
2 Reestruturação / Consolidação do Sistema Urbano Municipal		<ul style="list-style-type: none"> - PROTAML - PDM (2015) - Programa "Mafra Requalifica" - Áreas de Reabilitação Urbana
2.1	Consolidação e valorização do corredor urbano central	
2.1.1	Qualificar o espaço público nos núcleos urbanos de nível I	
2.1.2	Promover a reabilitação do parque habitacional nos núcleos urbanos de nível I	
2.1.3	Estruturar o espaço intersticial entre núcleos de nível I	
2.1.3.2	Garantir a acessibilidade pedonal dentro dos perímetros urbanos	
2.1.3.3	Promover áreas de uso público nos espaços intersticiais	
2.2	Intensificar as funções urbanas nos núcleos nível II e III	
2.2.1	Estimular a ocupação das áreas destinadas a atividades económicas.	
2.3	Valorização dos Aglomerados Rurais	
2.3.1	Salvaguardar a proporcionalidade de usos nos aglomerados rurais	
2.3.2	Promover a valorização do edificado	
3 Redefinição do modelo de ocupação espacial		<ul style="list-style-type: none"> - PROTAML - PDM (2015) - Programa "Mafra Requalifica" - Áreas de Reabilitação Urbana
3.1	Reestruturação dos núcleos urbanos	
3.1.1	Conter a edificação dispersa	
3.1.2	Promover equipamentos de proximidade	
3.2	Redelimitação dos perímetros urbanos, de acordo com a hierarquia dos núcleos urbanos	
3.3	Promoção dos Aglomerados Rurais	
3.3.1	Valorização turística	
4 Promoção de Áreas de Oportunidade		<ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico do Turismo 2015-2020 - Plano estratégico para a criação e desenvolvimento do cluster do turismo outdoor do Concelho de Mafra - PDM (2015)
4.1	Afirmação das atividades económicas existentes	
4.1.1	Promover a competitividade do setor agrícola e florestal	
4.1.2	Promover a ocupação das áreas dedicadas à indústria de distribuição e logística	
4.1.3	Promover o estabelecimento de uma área dedicada à indústria do surf	
4.2	Diversificação do potencial turístico do concelho	
4.2.1	Promover a costa atlântica como destino de excelência para o turismo balnear	
4.2.2	Promove a diversificação da oferta turística do concelho com base nos valores naturais e patrimoniais endógenos	
4.2.3	Promover o aumento do fluxo de turismo cultural em Mafra	
5 Consolidação das Acessibilidades de nível Local e Intermunicipal		<ul style="list-style-type: none"> - PDM (2015) - Plano Estratégico de Mobilidade
5.1	Promover a qualificação da rede viária Intermunicipal	
5.2	Qualificar a rede viária Local	
5.3	Aumentar a acessibilidade pedonal e ciclável	

Tabela 7 - Árvore de objetivos para as opções estratégicas do PDM.

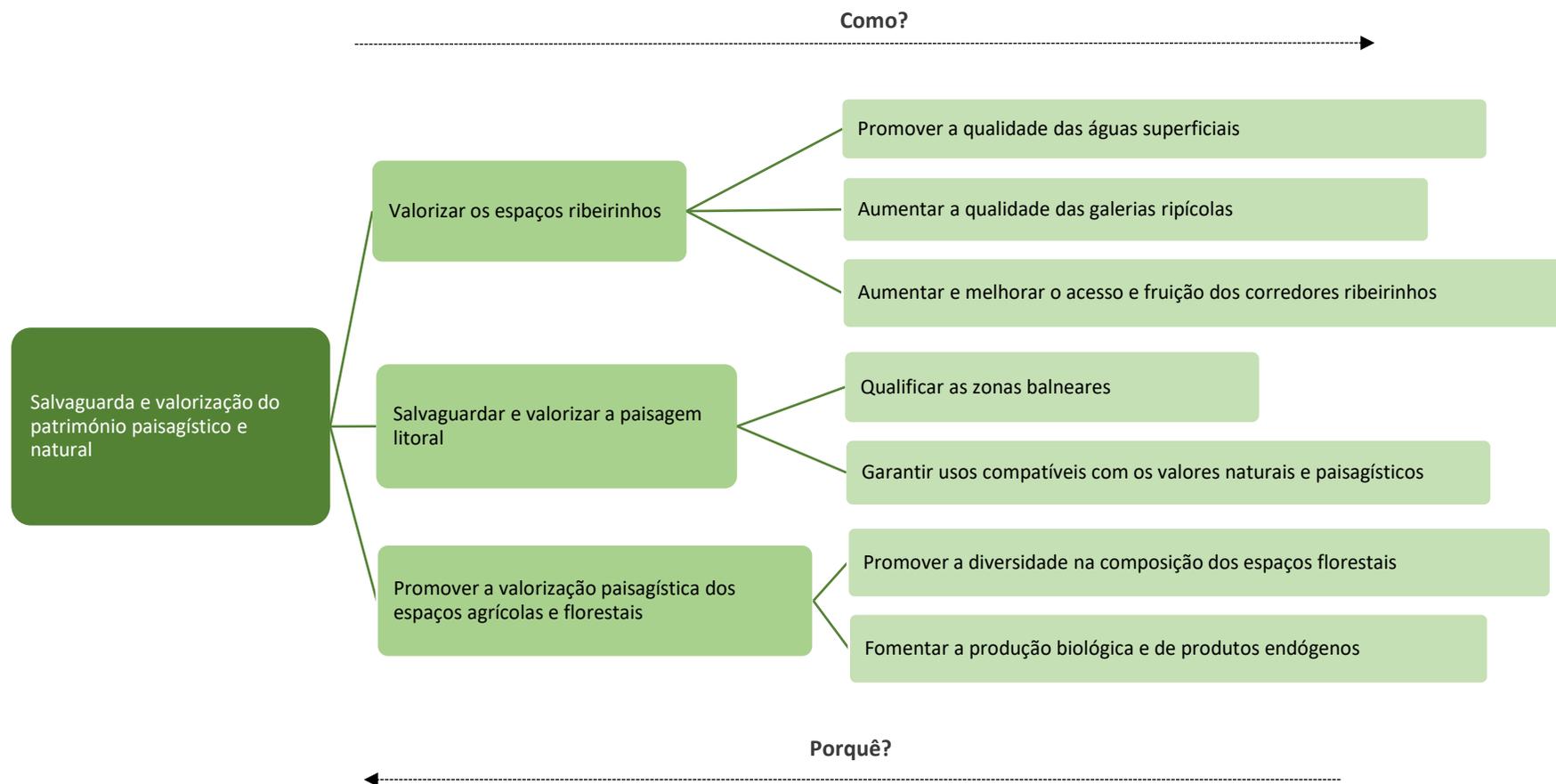


Figura 3 - Árvore de objetivos da 1ª opção estratégica – Salvaguarda e valorização do património paisagístico e natural

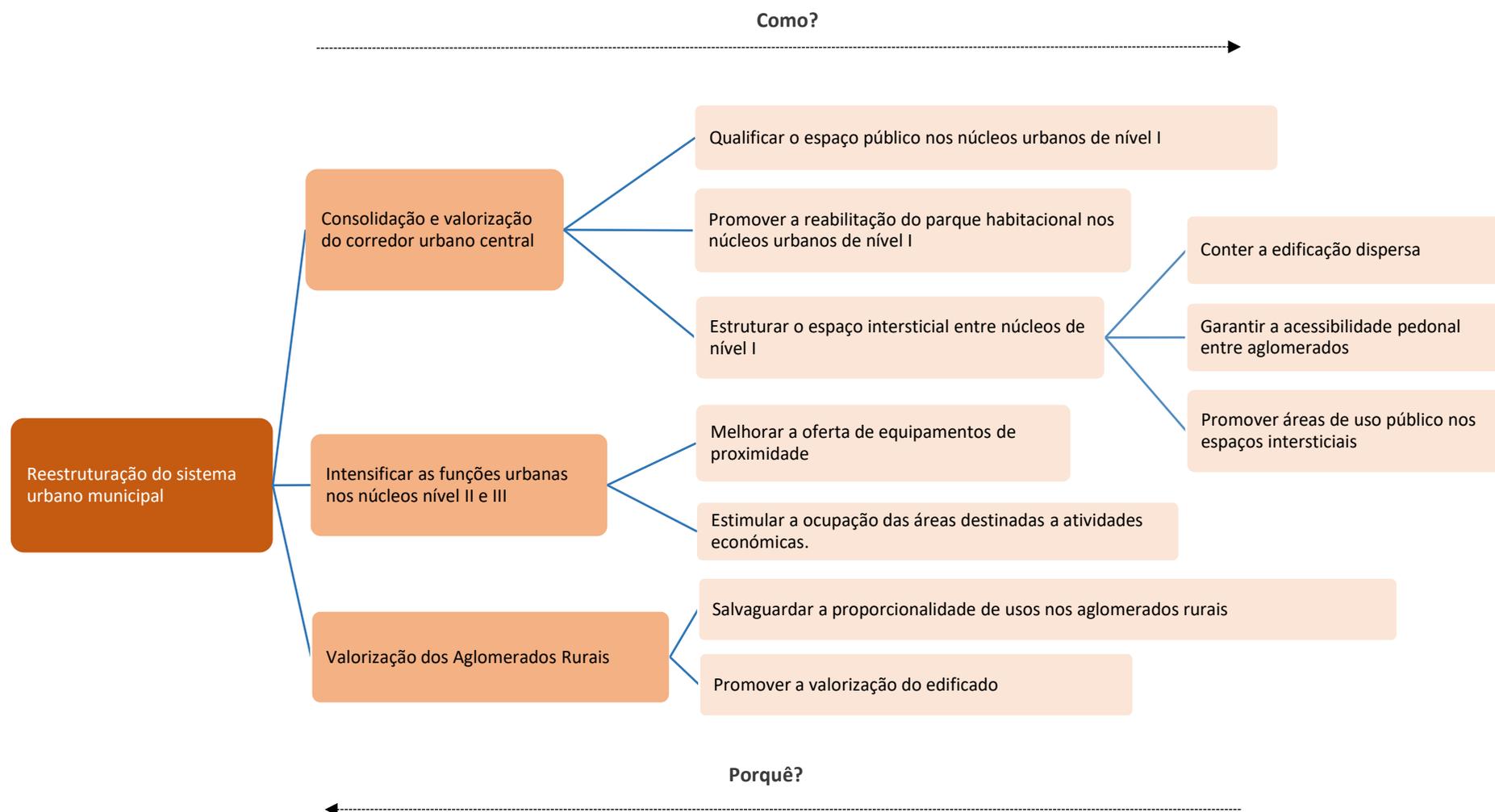


Figura 4 - Árvore de objetivos da 2ª opção estratégica – Reestruturação do sistema urbano municipal

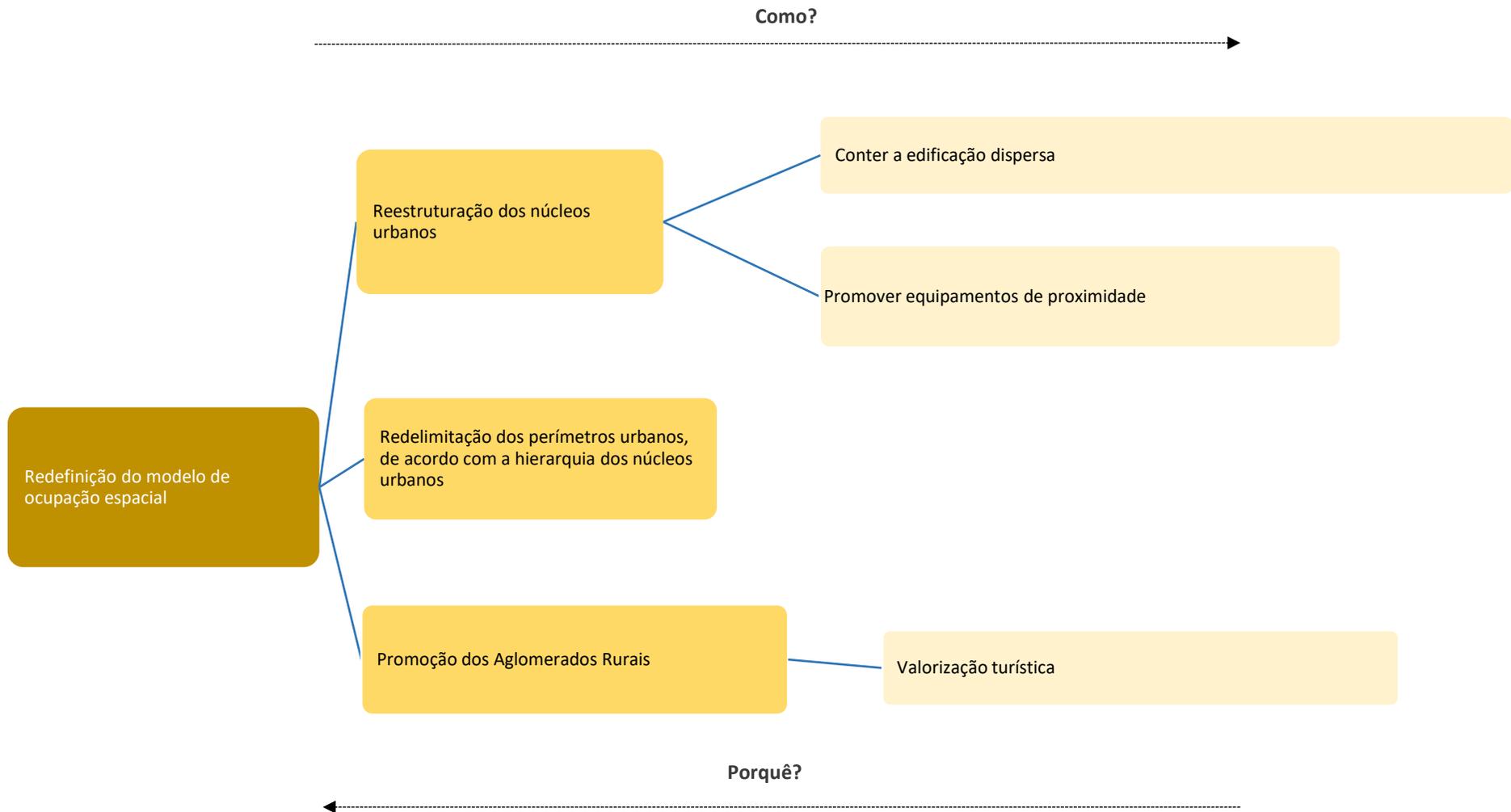


Figura 5 - Árvore de objetivos da 3ª opção estratégica – Reestruturação do sistema urbano municipal

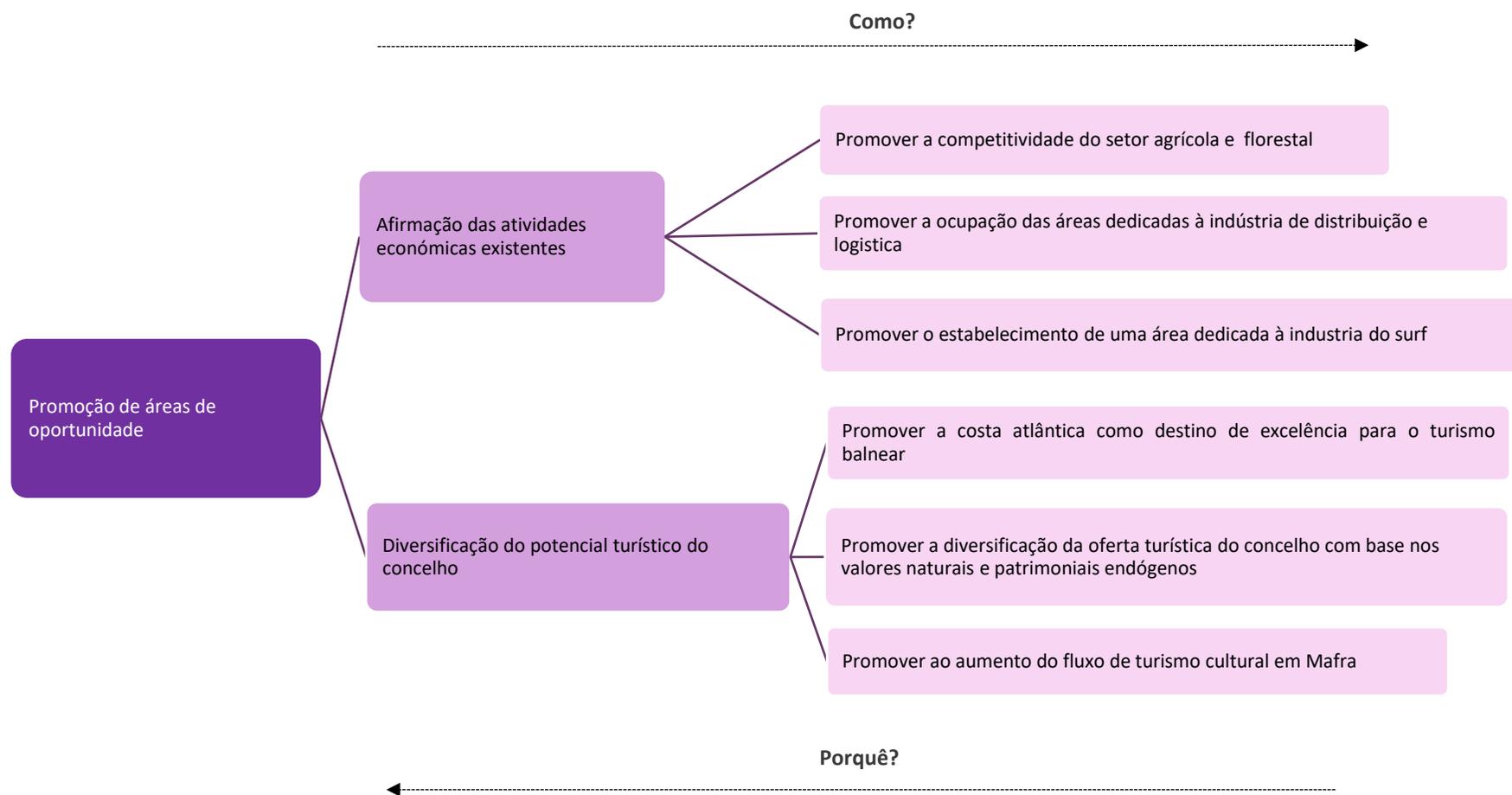


Figura 6 - Árvore de objetivos da 4ª opção estratégica - Promoção de áreas de oportunidade

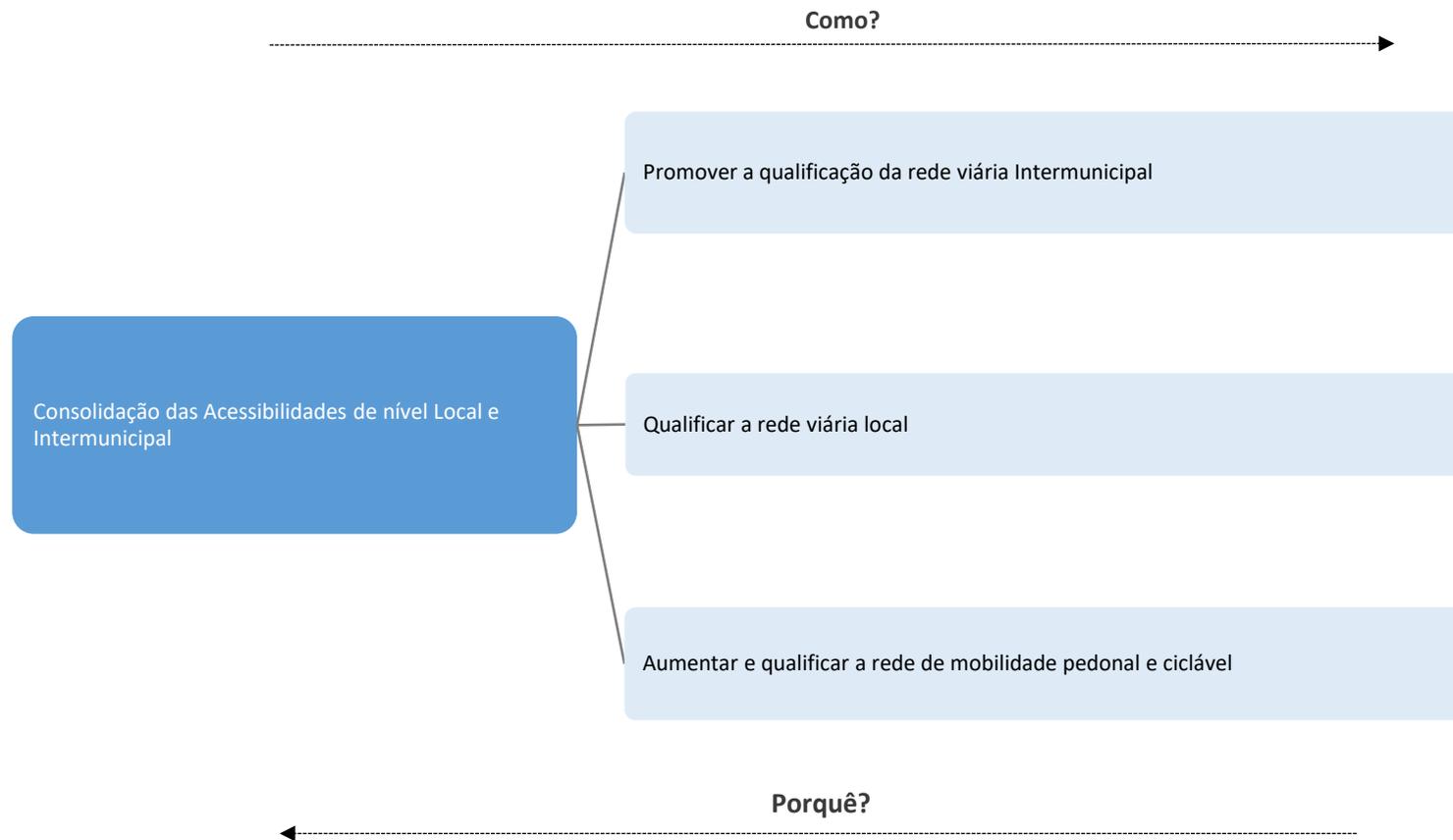


Figura 7 - Árvore de objetivos da 5ª opção estratégica – Consolidação das acessibilidades de nível local e intermunicipal

5.2 PROPOSTA DE INDICADORES

Tal como foi referido, a identificação dos objetivos é uma tarefa fundamental na prática do planeamento, uma vez que permite orientar todo o processo de avaliação em função da concretização das metas definidas para cada um. Nesse contexto, a utilização de indicadores de desempenho permite detetar as tendências bem como os desvios alcançados pelas ações escolhidas para a concretização dos objetivos, e ainda o seu grau de impacto (Batista e Silva 1998; Costa Lobo et al., 1995).

De um modo geral, a literatura de referência tende a reforçar a relação sistémica entre a monitorização, materializada através de indicadores, e a identificação de objetivos cuja concretização deve ser avaliada e medida.

Nesta medida, um sistema de monitorização deve procurar **indicadores que sejam relevantes, atendendo ao que se quer medir, ou seja, depois de se perceber exatamente o que é que se quer medir (objetivos), deve-se procurar resistir ao impulso de selecionar 'todos' os indicadores possíveis.**

Assim como qualquer avaliação é dependente de uma escala, seja esta cardinal, ordinal, qualitativa, etc., também os indicadores necessitam de descritores capazes de descrever os N níveis de impacto que as ações terão sobre os objetivos. Neste sentido, para cada objetivo é proposto um indicador constituído por um conjunto de informação relevante, sendo o seu desempenho avaliado através de um descritor (fig.7) onde são definidos diferentes níveis de desempenho.

Espera-se que um conjunto de ações, por sua vez, desenhadas para um determinado objetivo, contribuam para fazer deslocar o seu desempenho em direção ao melhor plausível fixado na escala de desempenho do descritor.

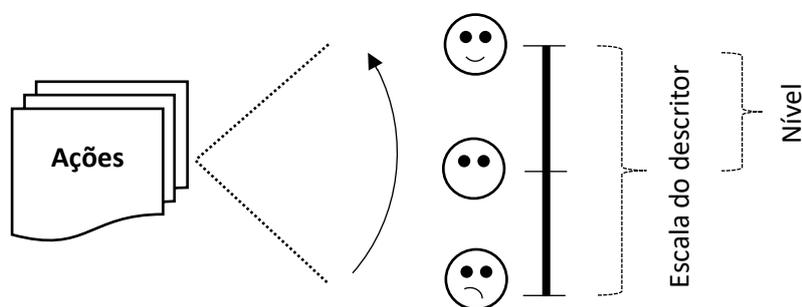


Figura 8 - Impacto das ações no descritor do indicador. Adaptado de Batista e Silva (1998).

O presente trabalho parte de uma análise crítica aos objetivos definidos, tendo por base as opções estratégicas definidas no PDM (2015) e que se mantêm, procurando incluir outros documentos estratégicos produzidos pelo município (ex. Visão Estratégica, Plano Estratégico do Turismo, Plano Estratégico de Mobilidade, etc.).

Ao densificar-se os objetivos que decorrem das opções estratégicas definidas, reforça-se assim a possibilidade de o 'Plano' exercer influencia sobre o sistema real, uma vez que se conseguem associar aos objetivos, um conjunto de ações potenciais que, por sua vez, consubstanciarão uma adaptação ao programa de execução do Plano.

Os indicadores definidos deverão ser capazes de traduzir o impacto de tais ações nos objetivos, pelo que a sua escolha ou construção é uma tarefa bastante crítica, e deverá envolver uma cuidadosa articulação entre o corpo técnico e o executivo político.

Parte-se assim para uma proposta dos indicadores de monitorização estratégica do PDM (ou seja, do desempenho dos objetivos definidos), tendo por base uma reflexão cuidada sobre a relação entre opções estratégicas definidas, objetivos fundamentais e operativos e naturalmente das ações que os concretizam.

Resumem-se de seguida os indicadores propostos para os objetivos decorrentes das opções estratégicas (tabelas 7, 8, 9, 10 e 11).

Opção estratégica 1 - Salvaguarda e Valorização do Património Paisagístico e Natural		
Objetivos	Indicadores	
1.1	Valorizar os espaços ribeirinhos	
1.1.1	Promover a qualidade das águas superficiais	Qualidade físico-química das massas de água
1.1.2	Aumentar a qualidade das galerias ripícolas	Estado e conservação da galeria ripícola
1.1.3	Aumentar e melhorar o acesso e fruição dos corredores ribeirinhos	Acessibilidade ao longo da linha de água
1.2	Salvaguardar e valorizar a paisagem litoral	
1.2.1	Qualificar as zonas balneares	Taxa de realização das ações previstas anualmente
1.2.2	Fomentar a produção biológica e de produtos endógenos	n.º de ações que visem a melhoria do estado de conservação dos habitats
1.3	Promover a valorização paisagística dos espaços agrícolas e florestais	
1.3.1	Promover a diversidade na composição dos espaços florestais	Composição dos povoamentos florestais
1.3.2	Fomentar a produção e a comercialização em modo biológico dos produtos endógenos	Circuitos de venda de produtos endógenos em modo biológico de promoção municipal

Tabela 8 – Indicadores por objetivo para a 1ª opção estratégica

Opção estratégica 2 - Reestruturação do Sistema Urbano Municipal		
Objetivos	Indicadores	
2.1	Consolidação e valorização do corredor urbano central	
2.1.1	Qualificar o espaço público nos núcleos urbanos de nível I	n.º de intervenções em espaço público; Taxa de infraestruturização urbana
2.1.2	Promover a reabilitação do parque habitacional nos núcleos urbanos de nível I	n.º de pedidos do programa "Mafra Requalifica"
2.1.3	Estruturar o espaço intersticial entre núcleos de nível I	
2.1.3.1	Conter a edificação dispersa	Variação anual das áreas de edificação dispersa
2.1.3.2	Garantir a acessibilidade pedonal dentro dos perímetros urbanos	Km de vias pedonais acessíveis
2.1.3.3	Promover usos agrícolas e florestais de uso público nos espaços intersticiais	Capitação de espaços verdes e outros de utilização pública
2.2	Intensificar as funções urbanas nos núcleos nível II e III	
2.2.1	Melhorar a oferta de equipamentos de proximidade	Variação anual de novos equipamentos de proximidade
2.2.2	Estimular a ocupação das áreas destinadas a atividades económicas	Taxa de execução dos espaços de atividades económicas
2.3	Valorização dos Aglomerados Rurais	
2.3.1	Salvaguardar a proporcionalidade de usos nos aglomerados rurais	Proporção de usos do solo em aglomerados rurais
2.3.2	Promover a valorização do edificado	n.º de reabilitações no âmbito do programa "Mafra Requalifica"

Tabela 9 - Indicadores por objetivo para a 2ª opção estratégica

Opção estratégica 3 - Redefinição do modelo de ocupação espacial		
Objetivos	Indicadores	
3.1	Reestruturação dos núcleos urbanos	
3.1.1	Conter a edificação dispersa	n.º de licenças; Taxa de infraestruturização urbana
3.1.2	Promover equipamentos de proximidade	n.º de equipamentos
3.2	Redelimitação dos perímetros urbanos, de acordo com a hierarquia dos núcleos urbanos	n.º de licenças
3.3	Promoção dos Aglomerados Rurais	
3.3.1	Valorização turística	n.º de alojamento local ou outro

Tabela 10 - Indicadores por objetivo para a 3ª opção estratégica

Opção estratégica 4 - Promoção de áreas de oportunidade		
Objetivos	Indicadores	
4.1	Afirmação das atividades económicas existentes	
4.1.1	Promover a competitividade do setor agrícola e florestal	n.º de empresas associadas à marca M com certificação agrícola e florestal;
4.1.2	Promover a ocupação das áreas dedicadas à indústria de distribuição e logística	Evolução do n.º de empresas sediadas nos espaços de atividades económicas
4.1.3	Promover o estabelecimento de uma área dedicada à indústria do surf	Elaboração de PP dedicado à indústria do surf
4.2	Diversificação do potencial turístico do concelho	
4.2.1	Promover a costa atlântica como destino de excelência para o turismo balnear	% do orçamento municipal afeto à promoção turística da costa atlântica
4.2.2	Promover a diversificação da oferta turística do concelho com base nos valores naturais e patrimoniais endógenos	Tipologia dos empreendimentos turísticos
4.2.3	Promover o aumento do fluxo de turismo cultural em Mafra	Evolução do n.º de turistas

Tabela 11 - Indicadores por objetivo para a 4ª opção estratégica

Opção estratégica 5 - Consolidação das Acessibilidades de nível Local e Intermunicipal		
Objetivos	Indicadores	
5.1	Promover a qualificação da rede viária Intermunicipal	Tempo médio entre aglomerados (de nível I e/ou II)
5.2	Qualificar a rede viária Local	Estado de conservação da rede rodoviária
5.3	Aumentar a acessibilidade pedonal e ciclável	Extensão da rede pedonal ou ciclável

Tabela 12 - Indicadores por objetivo para a 5ª opção estratégica.

6. MONITORIZAÇÃO DOS IMPACTES RESULTANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PDM

A proposta do PDM de Mafra foi, à data, sujeita a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que constou, em conformidade com a alínea c), do ponto 2 do artigo 86º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, e com a alínea a) do artigo 2º do Decreto-Lei 232/2007, de 15 de Junho, na elaboração de um Relatório Ambiental (RA).

Entre outras coisas esse relatório procede à identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos para o ambiente, resultantes da aplicação do Plano. A monitorização dos impactos ambientais no território e que são decorrentes da implementação da estratégia (i.e. objetivos do PDM), será então feita através do acompanhamento e monitorização dos 6 fatores críticos para a decisão (FCD) considerados e identificados como relevantes pela AAE. Nesse sentido, considera-se relevante a sua monitorização e integração no REOT, uma vez que desse ponto de vista podem ajudar a inferir sobre o efeito no território, relativamente às mudanças que resultam da implementação do PDM.

Os FCD identificados são: (i) **Qualidade Ambiental**; (ii) **Alterações Climáticas**; (iii) **Conservação da Natureza e Biodiversidade**; (iv) **Riscos Naturais**; (v) **Património Cultural e Paisagem**; (vi) **Desenvolvimento Humano e Territorial**. **Embora o RA identifique os parâmetros/indicadores para a monitorização dos FCD, verifica-se, contudo, que não propõe uma metodologia específica para a sua concretização.** Verifica-se ainda que o conjunto de indicadores propostos são muito extensos (cerca de 65 indicadores), propondo-se avaliar parâmetros cuja informação depende de dados censitários que ocorrem apenas de 10 em 10 anos, ou pretendendo avaliar outros aspetos que já são avaliados no âmbito estratégico através dos indicadores de desempenho do PDM, ou ainda que pretendem avaliar aspetos num determinado FCD que já é alvo de avaliação noutra fator crítico, no mesmo relatório.

FCD	INDICADOR	A Ponderar	OBSERVAÇÕES
Qualidade Ambiental	Emissão de Poluentes Atmosféricos.	S	Os dados podem ser recolhidos no site da APA, uma vez que é a entidade responsável pela realização anual dos inventários nacionais de emissões de poluentes atmosféricos.
	Qualidade das águas de superfície.	S	Os valores para este indicador podem ser diretamente relacionados com indicadores de monitorização do PDM
	População servida por sistemas de abastecimento de água.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM, PORDATA, INSAAR
	População servida por sistemas de saneamento de águas residuais.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM, PORDATA referentes aos anos 1995, 2001 e 2009
	Qualidade da água em zonas balneares.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/ DA; APA
	Água consumida.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM; SMAS
	Qualidade das águas subterrâneas.	N	Indicador com elevados custos de implementação.
	Ocupação do solo.	N	Este parâmetro por si só não é um indicador. A informação depende de dados censitários e a data de referência da COS atualmente é de 2010.
	Produção de resíduos.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DA; Tratolixo
	Fração recolhida seletivamente.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DA; Tratolixo
	Tipo de tratamento e destino final dos resíduos por tipologia.	N	CMM/DAEUR; Tratolixo
	Percentagem de área atribuída a zonas sensíveis e/ou mistas expostas a níveis sonoros superiores aos valores limite.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU
Percentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU	

Tabela 13 - Indicadores do fator crítico 'qualidade ambiental', a considerar para o REOT (a verde).

FCD	INDICADOR	A INCLUIR	OBSERVAÇÕES
Alterações climáticas	Energia consumida.	S	PORDATA para valores de 2015
	Eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis (energia eólica).	N	Não existem dados agregados para o município
	Emissão de gases com efeito de estufa (GEE).	N	Não existem dados agregados para o município
	Área florestal do Concelho.	S	CMM

Tabela 14 - Indicadores do fator crítico 'alterações climáticas', a considerar para o REOT (a verde).

FCD	INDICADOR	A INCLUIR	OBSERVAÇÕES
Conservação da natureza e biodiversidade	Área da Estrutura Ecológica do Plano, integrada na EMPVA e na RFCN.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Áreas classificadas e com regimes de proteção - Áreas sensíveis designadas áreas classificadas, RAN, REN, Domínio Público Hídrico e Regime Florestal;	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Número e área das descontinuidades/continuidades introduzidas nos corredores ecológicos e habitats;	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Área atribuída a EEM (em solo urbano e solo rural e total).	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Áreas de habitats com valor ecológico elevado;	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Áreas com valor botânico;	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Áreas com valor faunístico;	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)
	Espécies da flora e da fauna (número, estatuto de proteção legal e estatuto de ameaça, índices de biodiversidade e importância relativa no contexto regional/nacional).	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM (PDM)

Tabela 15 - Indicadores do fator crítico 'conservação da natureza e biodiversidade', a considerar para o REOT.

FCD	INDICADOR	A INCLUIR	OBSERVAÇÕES
Riscos naturais	Áreas de risco de incêndio;	N	Este dado é estático e referente ao ano de 2015.
	Área edificada em zona de risco de incêndio.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU
	Área de risco de erosão hídrica;	N	Este dado é estático e referente ao ano de 2015.
	Área edificada em zona de risco de erosão hídrica.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU
	Áreas de risco de movimentos de vertente;	N	Este dado é estático e referente ao ano de 2015.
	Área edificada em zona de risco de movimentos de vertente.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU
	Evolução da linha de costa;	N	Este dado é estático e referente ao ano de 2015.
	Área edificada em zona de risco de erosão costeira.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU
	Área de risco de cheia;	N	Este dado é estático e referente ao ano de 2015.
Área edificada em zona de risco de cheia.	S	Os dados podem ser recolhidos na CMM/DPTGU	

Tabela 16 - Indicadores do fator crítico 'riscos naturais', a considerar para o REOT (a verde).

FCD	INDICADOR	A INCLUIR	OBSERVAÇÕES
Património cultural e Paisagem	Investimento concelhio em obras de reabilitação de áreas com valor patrimonial;	S	CMM/DPTGU/DOM
	Variação do n.º de sítios arqueológicos identificados nas bases de dados da DGPC (ex-IGESPAR) alvo de medidas de valorização, proteção e conservação;	S	CMM/DPTGU/DOM
	Evolução dos atributos naturais da paisagem	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.

Tabela 17 - Indicadores do fator crítico 'património cultural e paisagem, a considerar para o REOT (a verde).

FCD	INDICADOR	A INCLUIR	OBSERVAÇÕES
Desenvolvimento humano e territorial	Número e área de espaços associados a atividades económicas.	N	Informação estática.
	Incentivos à fixação de empresas criadoras de emprego qualificado.	S	CMM/DPTGU
	Ações que favoreçam a formação e qualificação profissional.	N	CMM
	Estrutura espacial e área de Reserva Agrícola Nacional.	N	Repetido. Indicador consta em FC anterior.
	Número e área de espaços associados a atividades económicas do ramo agroalimentar.	S	CMM/DPTGU
	Área florestada.	N	A informação depende de dados censitários e a data de referência da COS atualmente é de 2010.
	Ações que favoreçam a qualidade e a certificação de produtos.	S	CMM/DPTGU
	Tipologia, área e localização de espaços de uso especial afetos à atividade turística.	S	CMM/DPTGU
	Limiar de capacidade de alojamento.	S	CMM/DPTGU
	Ordenamento da fachada Atlântica.	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
	Áreas urbanas com presença de valores patrimoniais abrangíveis por Plano de Pormenor de Salvaguarda.	S	CMM/DPTGU
	Incentivos à fixação de empresas com elevada componente de conhecimento e de inovação.	S	CMM/DPTGU
	Estrutura e área dos Espaços Naturais (REN, Rede Natura 2000, DPH, paisagem a proteger).	N	Informação estática. Apenas sofre alteração com alteração do PDM.

Estrutura e área dos Espaços Agroflorestais de Nível I (incluindo a RAN) e nível II.	N	Informação estática. Apenas sofre alteração com alteração do PDM.
Consolidação e reforço dos núcleos urbanos polarizadores dos espaços rurais (infraestruturas, serviços, funcionalidades).	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
Contenção de áreas de edificação dispersa (definição de perímetros urbanos).	N	Informação estática. Já existe e apenas sofre alteração com alteração do PDM.
Qualificação dos Aglomerados Rurais.	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
Tipologia e área de espaços de uso especial (turismo, cultura, recreio e lazer).	S	PDM
População residente em Aglomerados Rurais.	S	INE, pela consulta à subsecção estatística (BGRI).
Volume de população residente.	N	Indicador é avaliado no Cap. 7
Estrutura etária.	N	Indicador é avaliado no Cap. 7
Áreas de espaços de uso especial afetos a equipamentos e serviços prestados à população (saúde, educação, cultura, desporto, lazer).	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
Áreas de espaços verdes e tipologia.	S	CMM/DUOMA/DA
Contenção da expansão urbana desordenada.	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
Qualificação urbana.	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
Ações de proteção e valorização do património natural e cultural.	N	Este indicador carecia de maior desenvolvimento concetual.
Ações de valorização dos saberes, tradições e cultura local.	S	CMM/DDS/Turismo, Cultura e Desporto
Ações que favoreçam a articulação do poder local com os atores e forças vivas locais.	S	CMM/Comunicação
Ações que favoreçam a participação dos cidadãos.	S	CMM/Comunicação

Tabela 18 - Indicadores do fator crítico 'desenvolvimento humano e territorial', a considerar para o REOT (a verde).

Assim, partindo da extensa listagem de indicadores do RA, selecionam-se 40 indicadores de impacto das medidas previstas no PDM sobre os FCD, os quais poderão ser integrados nos REOT consoante a informação existente à data e a facilidade em obter dados.

7. MONITORIZAÇÃO DAS DINÂMICAS SOCIO-TERRITORIAIS

Neste capítulo pretende-se monitorizar as dinâmicas territoriais decorrentes não só das ações previstas no PDM, mas igualmente tentando englobar outras forças motrizes de desenvolvimento local que não dependem diretamente de medidas previstas no PDM.

A par dessas forças motrizes supralocais, esta avaliação permitirá também medir a influência que exercem as políticas e os instrumentos de política locais, nomeadamente os IGT em vigor, bem como as ações decorrentes dessas mesmas dinâmicas em diversas áreas como a demografia, o emprego, o tecido económico, entre outros. Nos temas em que se verifique possível, será analisada a informação ao nível das últimas duas séries temporais definidas.

A seleção de indicadores neste capítulo, permitirá fazer uma ponte de ligação com um primeiro levantamento realizado nos 'Estudos de Caracterização' da fase de revisão do PDM, viabilizando desta forma uma certa continuidade dos temas mais relevantes abordados. À data foi feito uma análise comparativa de âmbito regional, entre os anos de 1991 e 2001, do concelho de Maфра no contexto da Área Metropolitana (AML), pretendendo-se agora juntar os dados censitários de 2011 disponíveis no INE.

TEMA	INDICADOR	FONTE
POVOAMENTO	Área do concelho com povoamento concentrado	INE/CMM
	Área do concelho com povoamento disperso	INE/CMM
	Área do concelho sem povoamento	INE/CMM
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	Variação da taxa de crescimento	INE/CMM
	Densidade populacional	INE/CMM
ESTRUTURA ETÁRIA E FAMILIAR	Famílias	INE/CMM
	Dimensão média do agregado	INE/CMM
	Coeficiente de dependência (global, jovens e idosos)	INE/CMM
	Índice de envelhecimento	INE/CMM
	% de população em idade ativa	INE/CMM
EMPREGO	Taxa de atividade	INE/CMM
	Empregados (H/M)	INE/CMM
	Desempregados (H/M)	INE/CMM
	Taxa de desemprego (H/M)	INE/CMM
	Emprego potencial (H/M)	INE/CMM
	Total da população empregada	INE/CMM
	Total da população empregada no setor primário	INE/CMM
	Total da população empregada no setor secundário	INE/CMM
	Total da população empregada no setor terciário	INE/CMM
MOVIMENTOS PENDULARES	Matriz origem/destino	INE/CMM
	Principais modos de transporte utilizados por indivíduos no Concelho e na AML	INE/CMM
	Duração média dos movimentos pendulares	INE/CMM
	Taxa bruta de atração da população empregada	INE/CMM
	Taxa de repulsão da população empregada	INE/CMM

Tabela 19 – indicadores para avaliar as dinâmicas Socio territoriais.

8. ESTRUTURA PROPOSTA PARA UM RELATÓRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A PRODUZIR

O município de Mafra considera fundamental a estruturação de um sistema de avaliação das suas políticas públicas, como forma de acompanhar os objetivos estratégicos inscritos dos instrumentos de gestão territorial, permitindo avaliar a aderência entre o Plano e a realidade, bem como avaliar os impactos ambientais e sócio territoriais decorrentes da sua execução.

Pretende-se com este trabalho assegurar a existência de um sistema próprio e permanente de recolha, tratamento e análise de dados, que permita conhecer a situação do Concelho da Mafra face a estes 3 aspetos, a saber: (i) **Estratégia**; (ii) **impactos ambientais da estratégia**; (iii) **impactos sócio territoriais da estratégia**.

O Relatório de Estado de Ordenamento do Território deverá consubstanciar-se como o principal *output* no âmbito de um sistema de avaliação, procurando traduzir o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial em vigor no município, constituindo a base de fundamento para uma eventual necessidade de revisão e/ou readequação das opções estratégicas definidas, tendo ainda como pressuposto a monitorização ambiental, prevista na declaração ambiental.

Tendo por base o trabalho desenvolvido nos capítulos anteriores, apresenta-se de seguida uma proposta de estruturação básica para a elaboração de um REOT para o município de Mafra.

Os resultados obtidos em cada capítulo permitirão ao município aferir a necessidade de rever e/ou alterar a estratégia do PDM, de forma a tornar os seus objetivos e ações mais capazes de influenciar o sistema real.

Monitorização da Estratégia do PDM

Opção estratégica 1 - Salvaguarda e valorização do património paisagístico e natural

Opção estratégica 2 - Reestruturação/consolidação do sistema urbano municipal

Opção estratégica 3 - Redefinição do modelo de ocupação espacial

Opção estratégica 4 - Promoção de áreas de oportunidade

Opção estratégica 5 - Consolidação das acessibilidades de nível local e intermunicipal

Indicadores (Capítulo 5)

Considerações

Monitorização dos impactes do PDM sobre os FCD

Fator crítico de decisão – Qualidade Ambiental

Fator crítico de decisão – Alterações climáticas

Fator crítico de decisão – Conservação da natureza e biodiversidade

Fator crítico de decisão – Riscos naturais

Fator crítico de decisão – Património cultural e paisagem

Fator crítico de decisão – Desenvolvimento humano e territorial

Indicadores (Capítulo 6)

Considerações

Monitorização das dinâmicas sócio territoriais

Povoamento

Evolução da população

Estrutura etária e familiar

Emprego

Movimentos pendulares

Indicadores (Capítulo 7)

Considerações

9. CONCLUSÕES

A estratégia apresentada permitirá ao município **implementar um sistema de avaliação** sobre os efeitos do seu processo de planeamento, uma vez que integra não apenas os aspetos de natureza estratégica, i.e., o PDM, mas também os seus **impactes ambientais**.

Este é, aliás, um aspeto bastante importante enquadrado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, atualizado pelo Decreto-Lei 58/2011 de 4 de Maio, que no seu artigo 11.º, refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

De igual forma, será expectável que os efeitos do Plano sobre o sistema real, produzam de forma direta e indireta alterações significativas no território e no perfil sociodemográfico do município. Dessa forma, a escolha dos indicadores socio territoriais teve por base, um conjunto de informação já sistematizada nos Estudos de Caracterização do Processo de revisão do PDM, o que permitirá a atualização dessa informação sem perder uma visão de conjunto desde o ano censitário de 1991.

No total, apresentam-se 25 indicadores para avaliar o desempenho da estratégia, 40 indicadores para avaliar os impactos da estratégia sobre o ambiente e 24 indicadores para avaliar o impacto da estratégia nas dinâmicas socio territoriais, os quais poderão ser reequacionados para a elaboração do 1º REOT.

Este conjunto de informação que deverá consubstanciar a elaboração dos REOT, apresenta-se também como uma base potencial para outras publicações, nomeadamente a divulgação de resultados do próprio sistema de planeamento municipal, fator essencial para uma diferenciação positiva no que toca à transparência e proximidade entre administração pública e cidadãos.

10. BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, José and BAPTISTA E SILVA, Jorge (1997). *A Methodology to Monitor Municipal Master Plans (PDM)*. Final Report of the correspondent project funded by FCT, Lisboa, Portugal.
- CRUZ, Fernando (2008). *Tecnologias de Informação Geográfica, Análise e Monitorização de Sistemas Territoriais de Nível Municipal*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Geografia e Planeamento Regional - Ramo de Geografia e Planeamento Regional, Especialidade de Novas Tecnologias em Geografia – FCSH-UNL. Lisboa, 2008.
- Direção Geral do Ordenamento do Território (1992). *A evolução do conceito de espaço verde urbano*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- Hammond, J. S., Keeney, R. L., & Raiffa, H. (1999). *Smart choices: A practical guide to making better decisions*. Boston, MA: Harvard Business School.
- Riley, S., Siemer, W., Decker, D., Carpenter, L., Organ, J., & Berchielli, L. (2003). *Adaptive impact management: an integrative approach to wildlife management*. *Human Dimensions of Wildlife*, 8(2), 081-095.